



CARTA CONVITE

Brasília - DF, 20/08/2026

Prezado(a),

O WWF-Brasil convida para participação no processo de contratação nº **005874**

Somos uma organização não-governamental brasileira e sem fins lucrativos que trabalha para mudar a atual trajetória de degradação ambiental e promover um futuro mais justo e saudável para todos, no qual sociedade e natureza vivam em harmonia.

Abaixo você encontrará o detalhamento deste processo de concorrência.

1. Contextualização

Para promover um futuro em que sociedade e natureza vivam em harmonia, o WWF-Brasil compreende que as unidades de conservação podem ser agentes de transformação social por meio da conservação da biodiversidade, do fortalecimento territorial e da visitação responsável.

No contexto amazônico, o uso público em unidades de conservação (UC) deve ser estruturado de forma gradual, segura e compatível com a capacidade institucional, os desafios logísticos, a proteção dos ecossistemas, o respeito às comunidades locais e tradicionais e o potencial de geração de oportunidades sustentáveis.

O Projeto INOVA Áreas Protegidas é implementado pelo WWF-Brasil no âmbito da Cooperação Técnica BR-T1628 – Programa INOVA para Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira, financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. A iniciativa tem como objetivo apoiar a gestão e a governança de áreas protegidas na Amazônia, fortalecendo o planejamento, o monitoramento e a implementação responsável do uso público e da visitação na região do Médio Tapajós, no Pará, envolvendo o PARNA da Amazônia e o PARNA do Jamanxim.

A execução do projeto também se articula ao Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o WWF-Brasil e o ICMBio para o fortalecimento do uso público em unidades de conservação federais. Nesse contexto, o projeto prevê ações voltadas ao aprimoramento dos instrumentos de planejamento, ao monitoramento da visitação, ao fortalecimento das capacidades institucionais e à estruturação de soluções aplicáveis às unidades de conservação do Médio Tapajós.

A região reúne áreas protegidas de grande relevância ambiental e cultural, ao mesmo tempo em que enfrenta pressões como desmatamento, garimpo, mineração, exploração ilegal de madeira, conflitos fundiários e implantação de infraestruturas. Apesar do potencial para a visitação e o turismo responsável, persistem desafios relacionados à capacidade de gestão, segurança, infraestrutura, monitoramento, articulação institucional e implementação das ações previstas nos instrumentos de planejamento.

CARTA CONVITE

O ICMBio dispõe de uma estrutura própria de planejamento do uso público. A Portaria ICMBio nº 289/2021 define o Plano de Uso Público – PUP como instrumento técnico e programático que estabelece estratégias, diretrizes e prioridades, cuja implementação pode demandar programas, protocolos e projetos específicos, elaborados e aprovados de forma incremental conforme as necessidades da unidade de conservação.

O PUP do PARNA da Amazônia foi concluído em 2022, sendo um dos primeiros instrumentos dessa natureza elaborados no Brasil. Embora parte das ações previstas já esteja em execução, a equipe gestora identifica a necessidade de priorizar e detalhar os projetos, diferenciando aqueles que podem ser realizados com recursos próprios dos que dependerão de parcerias ou captação complementar.

A contratação deverá analisar o estágio atual de implementação do PUP, validar a pertinência/viabilidade das ações ainda não executadas e priorizá-las considerando o contexto atual, o potencial de uso público e a capacidade de gestão da unidade. As iniciativas prioritárias deverão ser detalhadas em fichas de projeto, orientando sua execução, possíveis fontes de apoio e responsabilidades.

Não se trata, portanto, de revisar formalmente o PUP, mas de apoiar sua implementação. Os resultados deverão subsidiar decisões, futuras contratações, parcerias e estratégias de captação de recursos, contribuindo para uma ativação responsável da visitação e para a conservação do Parque.

2. Objeto de Contratação

Realizar a **priorização operacional e elaboração de fichas de projetos do Plano de Uso Público do Parque Nacional da Amazônia** transformando o plano existente em uma agenda de implementação prática e priorizada para o período de 2027 a 2030 (ou um prazo maior, conforme for identificado localmente), considerando:

- Normativas (especialmente a Portaria nº 289/2021), referências metodológicas e institucionais do ICMBio relacionadas ao uso público, sem prejuízo de inovação, para garantir o alinhamento institucional;
- gargalos e prioridades nos diversos temas de ações que o PUP aborda, sejam projetos estruturantes, de qualificação, de instrumentos de gestão, de comunicação, monitoramento, entre outros;
- conexão das ações/projetos com os objetivos de uso público e ativação responsável e sustentável da visitação;
- conexão com outros projetos e ações que estejam em andamento ou previstas relacionadas com o tema do uso público na UC, sejam executadas pelo ICMBio ou em parcerias.
- capacidade institucional instalada.

Processo de contratação exclusivo para **Pessoa Jurídica**.

CARTA CONVITE

3. Atividades

Deverão ser desenvolvidas as seguintes atividades:

Item	Atividades
1	Planejamento e alinhamento metodológico: realizar o planejamento detalhado do trabalho, em articulação com o WWF-Brasil, a equipe gestora do PARNA Amazônia e outros colaboradores do ICMBio, incluindo: • realização de reunião inicial para alinhamento do objeto, escopo, resultados esperados, responsabilidades e fluxos de validação; • identificação e apropriação sobre as normas, orientações institucionais e instrumentos de planejamento relacionados ao uso público em unidades de conservação federais do ICMBio. • confirmação dos documentos, estudos, bases de dados e levantamentos disponíveis para análise; • elaboração do plano de trabalho e do cronograma executivo; • definição das reuniões técnicas a serem realizadas com a equipe gestora da UC, incluindo um encontro presencial de trabalho que deverá ser sugerido pela consultoria para o momento mais pertinente. O encontro presencial deverá ser validado com o WWF-Brasil e equipe do PARNA; • elaboração da abordagem metodológica para: - o análise da situação atual – deve considerar que será feita com base na percepção técnica da equipe gestora da UC, plano de manejo, PUP, documentos técnicos, diagnósticos, estudos, registros administrativos e levantamentos já existentes ou em andamento, informações sobre projetos, parcerias e iniciativas relacionadas ao uso público na UC. - o validação das ações previstas no PUP; - o identificação de lacunas e de novas ações necessárias; - o priorização das ações; - o elaboração das fichas de ações e projetos;
2	Análise das mudanças de contexto e de suas implicações para a implementação do PUP: analisar as mudanças ocorridas desde a elaboração do PUP do PARNA Amazônia e verificar como elas afetam a pertinência, o dimensionamento, o sequenciamento e a viabilidade das ações previstas. A atividade não deverá resultar em um diagnóstico geral do uso público desvinculado das ações, diretrizes e prioridades previstas no plano. A análise deverá ser baseada no PUP vigente, no plano de manejo e demais instrumentos de gestão, nos documentos e levantamentos existentes ou em andamento e na percepção técnica da equipe gestora da UC. A atividade deverá incluir: • sistematização das ações, objetivos e condições de implementação previstos no PUP; • identificação das principais mudanças relacionadas à visitação, atrativos, acesso, infraestrutura, segurança, capacidade institucional, recursos, monitoramento, parcerias, normas e iniciativas em andamento; • avaliação das evidências disponíveis e das eventuais lacunas de informação; • análise dos efeitos dessas mudanças sobre o escopo, a escala, os prazos, os custos, as dependências e a viabilidade das ações; • identificação de novas necessidades de gestão relacionadas à implementação do PUP; • consolidação de quadro analítico contendo as mudanças identificadas, suas implicações e a indicação preliminar de manutenção, ajuste, redimensionamento, complementação ou reavaliação das ações.
3	Validação e atualização operacional das ações previstas no PUP: com base na análise das mudanças de contexto, a consultoria deverá revisar e validar tecnicamente as ações previstas no Plano de Uso Público, considerando sua pertinência, estágio de implementação e adequação às condições atuais da unidade. A atividade deverá incluir:

CARTA CONVITE

	- consolidação das ações previstas no PUP e identificação de seus objetivos, áreas ou temas relacionados; - classificação do estágio de implementação de cada ação; - avaliação de sua compatibilidade com o plano de manejo, o zoneamento, as normas do ICMBio, a capacidade institucional e as iniciativas em andamento; - identificação de sobreposições, lacunas, ações genéricas e necessidades de estudos, autorizações ou providências prévias; - recomendação fundamentada de manutenção, ajuste, complementação, redimensionamento, agrupamento, desdobramento, postergação, substituição ou descontinuidade das ações; - proposição de novas ações necessárias em razão das mudanças de contexto e das demandas atuais de gestão; - identificação das ações que demandem elaboração ou atualização de instrumentos específicos de gestão do uso público; - consolidação de uma carteira atualizada de ações, com justificativas técnicas, para subsidiar a etapa de priorização. As ações/projetos a serem considerados poderão incluir, entre outros, programas de monitoramento e interpretação, protocolos operacionais e de segurança, projetos de trilhas, sinalização, infraestrutura e visitação educacional (conforme preconiza a Portaria ICMBio n.º 289/2021).
4	Construção e aplicação da matriz de priorização operacional: desenvolver e aplicar uma matriz multicritério para priorizar as ações validadas e as novas ações propostas. A atividade deverá incluir: - definição dos critérios, escalas de pontuação e eventuais pesos; - avaliação de cada ação com base em evidências e justificativas técnicas; - consideração das dependências, pré-requisitos e condicionantes de implementação; - classificação das ações por nível de prioridade e horizonte temporal, com proposição de alternativas de sequenciamento das ações priorizadas, considerando sinergias, dependências e melhor encadeamento temporal entre elas; - validação dos resultados pelo WWF-Brasil e pelo ICMBio. Os critérios deverão considerar, minimamente: - alinhamento com o PUP, o plano de manejo e os objetivos da UC; - compatibilidade normativa e territorial; - contribuição para a conservação, a segurança e a qualidade da visitação; - necessidade, urgência e impacto esperado; - viabilidade técnica, institucional e financeira; - grau de maturidade da ação; - dependências e ações antecedentes; - capacidade de operação, manutenção e monitoramento; - possibilidade de parcerias e complementaridade com iniciativas existentes; - aderência aos objetivos, recursos e prazo do Projeto INOVA. A classificação não deverá resultar apenas da soma automática das pontuações, devendo ser acompanhada de análise técnica e justificativa. Ao final, as ações deverão ser organizadas por prioridade e horizonte de implementação, distinguindo aquelas apoiáveis pelo Projeto INOVA, dependentes de parceiros ou captação, condicionadas a estudos ou instrumentos prévios e não recomendadas no contexto atual.
5	Elaboração das fichas de ações e projetos: A consultoria deverá elaborar fichas técnicas para as ações priorizadas, com nível de detalhamento suficiente para orientar sua implementação, subsidiar futuras contratações e apoiar processos de captação de recursos. Cada ficha deverá conter, minimamente: - identificação, justificativa e objetivo da ação; - vínculo com o PUP e demais instrumentos de planejamento da UC; - resultados esperados, público, área de visitação ou atrativo relacionado; - escopo, principais atividades, etapas e entregas;

CARTA CONVITE

	• pré-requisitos, dependências e condicionantes; • responsabilidades institucionais e parceiros potenciais. A depender da natureza da ação/projeto, deve-se indicar a possibilidade de implementação integrada com as comunidades do entorno do parque, considerando a futura cogestão indígena; • instrumentos de gestão, estudos, autorizações e aprovações necessários; • prazo, estimativa de custos e recursos requeridos; • necessidades de operação, manutenção e monitoramento; • riscos de implementação e medidas de mitigação; • indicadores básicos de execução e resultado; • prioridade, grau de maturidade e relação com o Projeto INOVA; • próximos passos para viabilização; • referências, exemplos ou casos comparáveis que possam apoiar o desenho da ação, indicando boas práticas, soluções adotadas, aprendizados e possibilidades de adaptação à realidade do PNA, quando aplicável. As referências poderão incluir experiências de outras unidades de conservação ou territórios com características e desafios semelhantes, sem pressupor sua reprodução direta no PNA. As fichas deverão indicar quando a ação exigir estudos, projetos técnicos, termos de referência, autorizações ou instrumentos específicos de gestão do uso público. As recomendações deverão ser práticas, objetivas e compatíveis com a realidade operacional da unidade de conservação. Não deverão substituir projetos de engenharia, protocolos, atos administrativos ou outros documentos formais exigidos pelo ICMBio.
6	Consolidação, validação e recomendações finais: consolidar e validar os resultados do trabalho com o WWF-Brasil e o ICMBio, assegurando a coerência entre a análise das mudanças de contexto, a carteira atualizada de ações, a matriz de priorização e as fichas de projetos. A atividade deverá incluir: • realização de reunião ou oficina técnica de validação; • apresentação e discussão dos resultados e critérios adotados; • registro das contribuições e decisões das equipes envolvidas; • realização dos ajustes finais na carteira de ações, na matriz de priorização e nas fichas de projetos; • consolidação de recomendações objetivas para a implementação gradual das ações; • indicação de aspectos que deverão ser considerados em eventual processo futuro de atualização formal do PUP. As recomendações finais não deverão constituir uma nova análise nem uma revisão formal do PUP, mas sintetizar os encaminhamentos necessários para sua implementação.

Há Prazo Final	Data
☒ Sim* ☐ Não	Janeiro/2027

Necessidade de viagens:

Fornecedor precisará viajar para realizar as atividades?	Destino das viagens*
☒ Sim ☐ Não	Itaituba - Pará

4. Entregas esperadas

CARTA CONVITE

Abaixo você encontrará a lista de entregas esperadas para esse processo de contratação.

Nº da entrega	Entrega	Prazo estimado após a assinatura
Produto 1	Plano de trabalho: Apresentação da metodologia, cronograma executivo, documentos a serem analisados, agenda de reuniões, estrutura preliminar da análise das mudanças de contexto, proposta da matriz de priorização e modelo das fichas de ações e projetos.	15 dias
Produto 2	Relatório de análise das mudanças de contexto e validação das ações do pup: Análise das mudanças ocorridas desde a elaboração do PUP e de suas implicações para as ações previstas, incluindo seu estágio de implementação, pertinência atual, necessidades de ajuste e proposição preliminar de novas ações.	45 dias
Produto 3	Matriz de priorização operacional e carteira atualizada de ações: Apresentação da metodologia de priorização, matriz multicritério aplicada, justificativas das classificações e organização das ações por prioridade, horizonte de implementação, dependências e possibilidades de apoio pelo Projeto INOVA ou por parceiros.	65 dias
Produto 4	Fichas técnicas de ações e projetos e agenda preliminar de implementação: Detalhamento das ações priorizadas em fichas técnicas, incluindo objetivos, escopo, atividades, custos, prazos, responsabilidades, condicionantes, referências comparáveis e próximos passos para sua viabilização.	85 dias
Produto 5	Relatório final: Consolidação e ajuste final da análise das mudanças de contexto, carteira atualizada, matriz de priorização, fichas técnicas, agenda de implementação e recomendações resultantes da validação com o WWF-Brasil e o ICMBio.	100 dias

É de suma importância que o proponente siga esses itens como referência para elaboração de sua proposta.

*Esteja atento! Copie e cole estes produtos no arquivo “**Proposta Modelo**” enviado anexo e não altere os produtos, eles serão utilizados para comparar propostas entre os proponentes. Os produtos também serão utilizados posteriormente como comprovação da entrega e liberação dos pagamentos.*

5. Observações

- A consultoria deverá considerar, como ponto de partida, o Plano de Uso Público existente do PARNA Amazônia, Normativas (especialmente a Portaria nº 289/2021), referências metodológicas e institucionais do ICMBio relacionadas ao uso público, sem prejuízo de inovação, para garantir o alinhamento institucional, bem como outros documentos técnicos disponibilizados pelo WWF-Brasil e parceiros.
- Está prevista (1) uma viagem de campo para trabalho em conjunto com a equipe responsável pela gestão do PARNA da Amazônia, sediada em Itaituba/PA. A viagem deverá ser indicada dentro da etapa avaliada como mais pertinente pela consultoria em seu plano de trabalho, considerando as atividades e entregas previstas, e o período deverá ser pactuado com a equipe do PARNA Amazônia e o WWF-Brasil. Os custos dessa viagem deverão estar presentes na estimativa de custos apresentada.
- A consultoria deverá indicar claramente as premissas adotadas para estimativa de custos.



CARTA CONVITE

- Entende-se que esta consultoria poderá ser executada por um profissional especialista
- A consultoria deverá observar diretrizes de conservação, segurança da visitação, respeito às comunidades locais e tradicionais, proteção de dados e boas práticas de participação social.

5.1. Observações

Todos os custos com viagens, deslocamentos, hospedagens, traslados, alimentações e demais custos, precisam estar inclusos na proposta comercial.

6. Critérios técnicos para seleção da proposta vencedora

A avaliação se dará pelas 3 seguintes etapas:

Etapa I – Análise Técnica: avaliação da proposta quanto aos critérios técnicos descritos abaixo. Proponentes precisam alcançar, no mínimo, 60 de 100 pontos para avançar para a próxima etapa.

Cada proponente deverá indicar um profissional responsável técnico principal pela condução dos trabalhos e pela elaboração dos produtos. Para fins de pontuação, os critérios relacionados à experiência profissional serão avaliados com base no currículo e nas comprovações apresentadas para esse profissional.

A eventual indicação de profissionais de apoio deverá estar relacionada a necessidades específicas da metodologia proposta, não sendo objeto de pontuação adicional.

Critério técnico de avaliação	Peso por critério
Experiência do profissional responsável técnico na elaboração de planos de ação, matrizes de priorização, priorização de investimentos ou agendas operacionais	30
Experiência do profissional responsável técnico em planejamento do uso público, gestão da visitação e/ou implementação de Planos de Uso Público em unidades de conservação	25
Experiência do profissional responsável técnico em unidades de conservação amazônicas, áreas protegidas federais ou territórios com desafios logísticos semelhantes	20
Qualidade, objetividade, adequação e viabilidade da abordagem metodológica proposta para análise, priorização e operacionalização do PUP	25
Total	100

A experiência institucional da proponente e a experiência de eventuais profissionais de apoio não serão pontuadas separadamente nos critérios acima.



CARTA CONVITE

Etapa II – Análise de Preço - Os proponentes classificados na Etapa I terão as suas propostas de preço avaliadas e que também poderá chegar ao máximo de 100 pontos

Etapa III – Análise Final - A nota final será a soma das duas notas anteriores, porém ponderadas, onde a nota técnica tem 70% do peso e a nota de preço tem 30% do peso

7. Proposta Técnica e Comercial

O proponente deve responder sua proposta **técnica e comercial** através do preenchimento do arquivo **“Proposta Modelo” em Excel**.

O proponente deverá apresentar estrutura técnica compatível e proporcional à natureza, ao escopo e ao prazo da contratação, indicando o(s) profissional(is) diretamente responsável(is) pela elaboração dos produtos. A inclusão de profissionais adicionais deverá estar vinculada a necessidades específicas da metodologia proposta e não resultará, por si só, em maior pontuação técnica. As competências requeridas poderão estar reunidas em um mesmo profissional ou ser demonstradas de forma combinada, cabendo à proponente definir a organização necessária para a execução integral dos serviços.

A execução dos serviços será realizada por um profissional especialista responsável técnico, conforme previsto no TDR, contando-se eventualmente com apoio complementar apenas quando necessário à execução de atividades específicas.

O proponente deverá apresentar proposta técnica e comercial contendo, no mínimo:

- compreensão do objeto da contratação;
- abordagem metodológica;
- plano de trabalho;
- cronograma de execução;
- equipe técnica e respectivas atribuições;
- experiências anteriores relevantes;
- valor global da proposta;
- indicação de impostos, encargos e custos incluídos;
- eventuais premissas e limitações da proposta.



CARTA CONVITE

Sobre a proposta de preço favor apresentar os valores brutos, ou seja, incluindo impostos e encargos. Custos de transporte, deslocamento, alojamento, alimentação e outros custos indiretos, já devem estar dispostos dentro do valor final proposto, não havendo nenhum pagamento adicional.

8. Documentos

Esteja atento aos critérios técnicos que exigem comprovação, certificação e/ou documentos que precisam ser enviados juntos à proposta. **Documentos listados neste arquivo são obrigatórios.**

- proposta técnica e comercial;
- portfólio ou apresentação institucional da empresa;
- currículo do responsável técnico indicado;
- comprovação de experiências anteriores relacionadas ao objeto por parte do responsável técnico;

Fique à vontade para enviar documentos adicionais referentes à apresentação da empresa ou à abordagem metodológica proposta.

9. Prazos da concorrência

Envio de dúvidas: até 25/08/2029

Resposta de dúvidas: até 26/08/2026

Envio da proposta: até 31/08/2026

Divulgação do resultado do processo: até 20 dias após o envio das propostas

Toda a comunicação deve ser feita através do e-mail: compras@wwf.org.br com o seguinte assunto: PROCESSO Nº SC005874_Priorização Operacional do Plano de Uso Público do Parque Nacional da Amazônia

10. Considerações finais

Atenção! Ao responder este orçamento/proposta, o proponente está de acordo com as regras e disposições gerais do WWF-Brasil disponível para leitura no [link](#).

Confira também nosso [portal do fornecedor](#), onde disponibilizamos instruções sobre:

- Requisitos mínimos para se tornar um fornecedor - [link](#)
- Documentação necessária na etapa de cadastro, ou seja, após a escolha da proposta vencedora - [link](#)
